

“Centrão” prevê atraso na votação do regimento

Arquivo - 09/11/87

Luís Eduardo Costa

Chiarelli diz que PFL rompe em fevereiro

Porto Alegre — As prévias que deverão indicar o ministro Aureliano Chaves como o candidato do partido a Presidência da República marcarão, no dia 28 de fevereiro, o rompimento definitivo do PFL com o governo José Sarney. A afirmação foi feita pelo senador Carlos Chiarelli, na Barra do Chui, quase fronteira com o Uruguai (520 quilômetros da capital gaúcha), onde ele passa o recesso parlamentar.

Chiarelli considera 1988 como “um ano eleitoral por excelência, já que as eleições municipais são impostergáveis, as presidenciais prováveis e as gerais possíveis”. “Eu sou a favor das eleições gerais que seriam muito boas para o País. Elas afastariam dos partidos os oportunistas. E com o aceleramento da Constituinte, que devolverá aos políticos uma melhor imagem junto ao povo, os partidos serão revigorados”, afirmou.

O senador entende que a Constituinte precisa ser apressada para definir, entre outros aspectos relevantes, a necessidade do Congresso Nacional opinar sobre o acordo da dívida externa brasileira, o que a atual Constituição dispensa, remetendo todo o poder ao presidente do Banco Central e ao ministro da Fazenda.



Deputados Gilson Machado e Daso Coimbra conferem as emendas que o Centrão apresentará

Grupo quer fazer Carta centrista

O Centrão já aprovou a sua força em duas ocasiões no plenário da Constituinte e está disposto, segundo os seus líderes, a demonstrar sua maioria quantas vezes forem necessárias para fazer valer a vontade de uma futura Constituição centrista e menos radical do que aquela saída da Comissão de Sistematização.

Um dos principais articuladores e um dos poucos presentes em Brasília no vazio fim de ano, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), aposta que o Centrão vai conseguir manter a maioria que detém a fazer valer as dez emendas substitutivas com as quais pretende alterar em pontos substanciais o projeto de Bernardo Cabral.

Dois pontos, porém, ele reconhece, o Centrão não pensa nem em cogitar em alterar, porque seria o “racha” definitivo do grupo: sistema de governo, que a Comissão de Sistematização votou como parlamentarismo, e mandato do presidente Sarney, fixado em quatro anos.

O argumento de que o Centrão estaria pensando em articular movimentos para alterar esses dois pontos, por considerar-se forte o suficiente para enfrentar as forças “históricas” do PMDB e a esquerda dospequenos partidos, segundo o deputado Daso Coimbra, não passam de uma jogada dos nossos adversários.

“Com esse argumento, eles tentam nos desunir, procurando

retirar do nosso grupo aqueles que são parlamentaristas e querem quatro anos para o presidente Sarney. Eles tentam enganar alguns dos nossos membros, mas posso garantir que a posição do Centrão, desde o início da sua articulação, é que em pontos políticos polêmicos o Centrão não mexe porque pode acabar como grupo”, garantiu o deputado Daso Coimbra.

A força do Centrão somente foi testada, até agora, nas votações do Regimento Interno, faltando ainda matérias substantivas que realmente indiquem o seu perfil e tamanho dentro da Constituinte. Mas afora o Centrão, há pouca organização capaz de fazer mudar os rumos da futura Constituição.

Moderados
O Centrão é formado pela ala moderada do PMDB, à frente o líder do governo na Câmara, Carlos Sant’Anna, maioria do PFL e do PDS, onde pontuam como líderes os deputados José Lourenço e Amaral Netto, além da quase totalidade no PTB e do PDC. No último levantamento feito do número de participantes do grupo, o matemático Daso Coimbra apontou um esmagador número: 311 constituintes.

Os restantes 228, insuficientes para aprovar sozinhos qualquer coisa na Constituinte, são os autênticos, “históricos” e radicais do PMDB, a ala moderna do PFL, alguns “gatos pingados” do PDS, e os pequenos partidos de esquerda, PDT, PT, PC do B, PCB e PS B.

Daso prevê novo partido após eleição

Partido Centro-Liberal. Esse pode ser o nome da legenda sob a qual, depois das eleições municipais de novembro, poderá estar abrigada a maioria dos parlamentares que hoje integram o Centrão, caso a previsão do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos seus principais articuladores, esteja correta e o grupo venha a se transformar num partido político.

Na previsão de Daso Coimbra, esse partido centrista não teria condição de ser formado hoje, “não dá para fazer as duas coisas: mobilizar para trabalhar na Constituinte e formar um novo partido”. Mas somente depois das eleições municipais, a primeira a ser realizada sem sublegendas, o que as tornará bem diferentes das demais.

Segundo Daso Coimbra, a formação do partido se dará no fortalecimento do Centrão em torno das votações da Assembleia Nacional Constituinte e, posteriormente, no trabalho nas comissões técnicas que elaborarão, ao longo deste ano e de 1989, a legislação ordinária. Essa união e camaradagem, raciocina Daso Coimbra, contribuirão para fortalecer o grupo em torno de uma posição ideológica centrista, que viabilizará um partido forte, mesmo que necessariamente não tenha o expressivo número que tem hoje de 311 constituintes.

Prazos

Daso Coimbra descartou a possibilidade de que a Constituinte resolva já segunda-feira a questão do Regimento Interno, embora esteja convocada uma sessão para as 16 horas objetivando a votação dos cinco destaques que faltam e mais a redação final do Regimento Interno da Constituinte e sua promulgação. Com a promulgação, começarão os prazos regimentais de sete dias para apresentação de emendas, de sete dias para o relator apresentar parecer sobre elas, de três para a apresentação de destaques e votação em primeiro turno no plenário.

Pelo trabalho de mobilização que vem fazendo, Daso Coimbra acha que segunda-feira não será possível a presença, em Brasília dos 280 constituintes necessários para a aprovação de matérias no plenário da Constituinte. Mas na terça ou na quarta-feira isso será possível. Para o Deputado, responsável pela mobilização no Centrão, esta semana a votação será concluída.

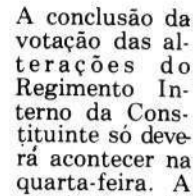
Silêncio

Em termos de mobilização, o deputado Daso Coimbra disse estar estranhando o silêncio da extrema esquerda, que não vem se manifestando sobre as votações da Constituinte: “A esquerda aproveitou o início do verão para hibernar e quando a esquerda hiberna deve estar preparando alguma coisa”, previu Daso Coimbra.

Na terça-feira os integrantes do Centrão tomarão conhecimento das dez emendas substitutivas com as quais o grupo pretende alterar pontos essenciais aprovados pela Comissão de Sistematização, como direitos trabalhistas, reforma agrária, conceituação de empresa nacional e novidades na área tributária, entre outras preocupações. Somente depois disso é que as emendas serão divulgadas para a imprensa.

Profecia

O deputado Daso Coimbra, sempre respeitado dentro do Congresso Nacional por um trabalho quase de profecia, principalmente em relação a números, acha que o multipresidente Ulysses Guimarães “exagerou no otimismo” ao prever o final dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte para fevereiro: “Em fevereiro — disse Daso Coimbra — não estará concluída nem mesmo a votação em primeiro turno do projeto de constituição, isso se forem cumpridos todos os prazos e não houver nenhuma prorrogação”.



A conclusão da votação das alterações do Regimento Interno da Constituinte só deverá acontecer na quarta-feira. A previsão é do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do “Centrão” e encarregado de convocar os parlamentares do grupo para comparecerem às sessões da Constituinte. Ele acredita que será muito difícil haver quorum na sessão de amanhã, já convocada pelo presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), com objetivo de terminar a votação do Regimento.

Durante todo o período de recesso de fim de ano Daso Coimbra ficou em contato com os parlamentares do “Centrão” nos estados pedindo a todos que comparecessem esta semana em Brasília. Segundo o deputado haverá algumas dificuldades para que os constituintes, não só os do “Centrão”, mas de todos os partidos, retornem a Brasília até amanhã. A principal delas é a lotação dos aviões. Muitos deputados e senadores não conseguiram vagas nos voos para amanhã e só deverão chegar na terça-feira.

Na opinião de Daso, o regimen-

to só será concluído na quarta-feira, pois neste dia o “Centrão” conseguirá colocar 280 constituintes no plenário, maioria absoluta, ele lembra, no entanto, que se o PT e PDT retirarem seus cinco destaques, o processo será mais rápido e o regimento poderá ser votado integralmente até mesmo na terça-feira.

Assinaturas

Na terça-feira passada, o parlamentar do “Centrão”, telefonou para o deputado Ulysses Guimarães em Nova Iorque e manifestou a ele essa convicção. O Presidente da Constituinte, entretanto, disse que é seu desejo que o regimento seja votado logo amanhã, pois os trabalhos da Assembleia já estão muito atrasados. Ulysses quer também, segundo Daso Coimbra, promulgar a nova Carta no final de fevereiro.

Nesta semana Daso já começa a colher assinaturas para as emendas do “Centrão”, que foram concluídas no final da semana passada. Para o parlamentar será mais fácil colher as 280 assinaturas com todos os constituintes em Brasília a partir desta semana. Ele garante que todos deputados e senadores do grupo só assinarão as emendas após conhecerem o texto.

Amanhã ou terça-feira os coordenadores do “Centrão” vão se reunir para tomarem conhecimento das emendas. Em seguida cada um ficará encarregado de levar o texto dos dispositivos para a bancada do grupo para, então, apresentá-la à Constituinte.

Prazos para as votações

Se os deputados e senadores conseguirem terminar a votação do Regimento Interno na quarta-feira, o prazo para a apresentação de emendas começa a contar a partir da sexta-feira, pois na quinta haverá a publicação do texto aprovado. Pelas normas já estabelecidas o plenário da Constituinte só iniciará a apreciação do projeto de Constituição na última semana de janeiro.

O Regimento Interno da Constituinte, alterado pelo “Centrão”, prevê que após a publicação do texto começa a contar um prazo de sete dias para apresentação de emendas ao projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização. Em seguida o relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), terá um

prazo de cinco dias, prorrogável por mais dois se assim o desejar, para dar seu parecer.

Publicado o parecer do relator, os constituintes têm mais três dias para apresentar pedidos de destaques relativos às emendas publicadas e que terão prioridade na apreciação do plenário. Publicados os pedidos de destaques o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), marca o início das sessões do plenário para o dia seguinte. Assim, de acordo com esses prazos, a Constituinte só deverá iniciar seus trabalhos efetivamente no final do mês. O deputado Daso Coimbra, um dos coordenadores do “Centrão”, acredita que a votação começará entre os dias 27 e 28 de janeiro.

Constituinte mais segura

A partir de amanhã, quando forem reabertos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a segurança externa do prédio do Congresso Nacional e mais estacionamentos, áreas livres e entradas estará a cargo da Polícia Militar do Distrito Federal, que destacou 80 homens para o serviço. Esses policiais, considerados a elite da PM, com fichas funcionais pessoais limpas, estiveram na manhã de ontem reunidos com o diretor de segurança da Câmara dos Deputados, Fernando Paulucci, recebendo instruções e conhecendo a área onde vão atuar.

De acordo com Paulucci, a entrada em serviço dos policiais vai possibilitar que os efetivos de segurança da Câmara, mais os agentes do Senado, possam ser deslocados para a parte interna, dedicando mais atenção ao plenário, galerias e áreas de circulação por onde transitam constituintes e funcionários. A Câmara dos Deputados conta com 160 agentes e

45 inspetores de segurança, enquanto o Senado, que tem 180 homens no setor, vai ceder 50 para o serviço de segurança da Constituinte.

Ainda segundo Paulucci, a principal orientação dada aos policiais foi quanto ao tipo de serviço a ser executado. Lembrou o diretor da segurança da Câmara que eles vão tratar com público, que deve receber orientação. “Repressão, somente em último caso”. Mesmo assim, os PMs vão trabalhar desarmados, sem revólveres ou cassetetes (que somente serão utilizados nas áreas potencialmente problemáticas principalmente estacionamentos e jardins, onde tem ocorrido roubos de carros ou tentativas de assaltos). De qualquer maneira, garantiu Fernando Paulucci, os policiais militares vão ficar os primeiros dias na companhia dos agentes de segurança, para que se familiarizem com o novo tipo de trabalho.

Acesso ficará mais difícil

Com o retorno dos trabalhos da Constituinte, após um mini-recesso de 20 dias, voltam a ser aplicadas as normas de acesso às dependências do Congresso, regulamentadas pela portaria 19 da Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte. Elas foram inspiradas em sugestões do deputado Jorge Arbage (PDS/PA), segundo-vice-presidente e escolhido o corregedor da Constituinte. De acordo com esta resolução, são muitas as proibições de circulação. Foram criadas várias áreas restritas e o acesso ao plenário é permitido somente a parlamentares, funcionários e jornalistas devidamente credenciados.

De acordo com a portaria 19, o público masculino somente terá acesso às galerias se “devidamente trajado”, ou seja, se vestido de paletó e gravata. Mesmo assim, ainda terá de conseguir uma senha de acesso, que somente lideranças partidárias recebem e distribuem

em número proporcional ao tamanho das respectivas bancadas.

Agora, de acordo com as normas distribuídas à segurança da Câmara, o controle destas senhas passa a ser feito logo na rampa de entrada, evitando as aglomerações nas portas do plenário e das galerias. Outra norma da portaria 19 diz respeito ao trânsito nos salões. O Salão Negro é livre. Ali nem mesmo traje formal é exigido. Já o Salão Verde e a sala de cafézinho estão vedados a quem não for credenciado. “Esses locais são uma espécie de anti-sala do plenário”, justifica Fernando Paulucci, diretor de Segurança. Proibidas, também, estão as manifestações de grupos organizados. Teme o corregedor Jorge Arbage que fatos como o ocorrido quando da votação da reforma agrária, na Comissão Temática, voltem a se repetir.

Quércia vai receber Ulysses

São Paulo — O governador Orestes Quércia prometeu auxiliar o deputado Ulysses Guimarães na tarefa de manter a unidade do PMDB e de obtenção de um acordo político que apresse os trabalhos para a aprovação da nova Constituição.

Ele fez essa afirmação, ontem, em Campinas (município com cerca de 1 milhão de habitantes a 92 km a Oeste desta capital) ao comentar a reunião que terá hoje, no Palácio dos Bandeirantes, com o presidente da Constituinte.

“Vou conversar com o deputado Ulysses Guimarães sobre a necessidade de um acordo político para que tenhamos a nova Constituição promulgada o mais rapidamente possível. O atraso na votação da nova Constituição, a principal aspiração de 20 anos de luta contra o regime militar, é

inexplicável e está causando prejuízos sérios ao País. Está provocando um clima de incerteza e desânimo. Ninguém sabe o que fazer”, disse o governador.

Quércia acha que os constituintes e o PMDB “por ser maioria estão devendo aos brasileiros um entendimento sobre o regime da Constituinte e a promulgação da nova Constituição”.

“Os problemas brasileiros” acrescentou, “são muitos e complicados. O combate à inflação é tímido. A questão social e a insatisfação popular crescem dia a dia. Por isto, precisamos da nova Constituição. Para que as regras sejam conhecidas. Para que o empresário saiba como e onde investir. Para que o Governo Federal possa agir com firmeza e continuidade.”



Fernando Lyra (PMDB-PE)

PMDB é uma “inchação”, afirma Lyra

Recife — O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) disse ontem que vai à reunião dos “históricos” do PMDB, em Brasília, apenas para defender a tese de que não é mais possível resgatar a imagem do partido. Segundo ele, o PMDB deixou de ser uma frente democrática e se transformou numa “inchação”, agravada com a participação de 130 de seus parlamentares no bloco chamado “Centrão”.

“O passado para nós é apenas uma referência”, disse o deputado, acrescentando que o Brasil pós-Constituinte está a exigir uma “coisa nova” que lhe permita enfrentar seus principais problemas econômicos e sociais. Essa “coisa nova” a que ele se refere é uma agremiação de tendência centro-esquerdista, cujos referenciais a nível nacional seriam o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e o senador paulista Fernando Henrique Cardoso.

Lyra é contrário à convocação de uma convenção nacional do PMDB depois da Constituinte, afirmando que a convenção anterior foi convocada para não decidir coisa alguma. Por isso, ele acredita que a reunião dos “históricos” será mais o embrião de uma reformulação partidária do que um esforço para recuperar a imagem do partido.

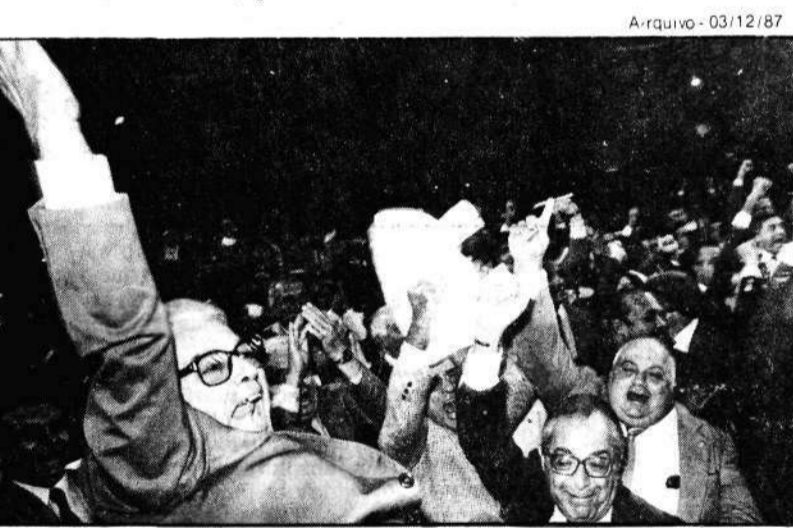
Arraes assume a defesa do mandato curto

Recife — Todos sabem que o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, é favorável a quatro anos de mandato para o presidente Sarney e sua ação foi decisiva para que esta proposta fosse aprovada na Sistematização da Constituinte. Mas, devido ao seu estilo “acanhado”, Arraes só revelou publicamente o seu desejo agora, na passagem de ano, em debate no rádio Jornal do Comércio do Recife, quando disse temer pela dignidade do Presidente, caso teime em realizar o sonho dos cinco anos.

“Nas condições atuais, se eu fosse um deputado federal votaria por um mandato de quatro anos para o presidente Sarney”, destacou Arraes, com humor, depois de um rápido balanço do estágio político do País.

O governador de Pernambuco ainda não se definiu foi a respeito da reunião do “grupo histórico” do PMDB, marcada para o dia nove, em Brasília. O batismo de “grupo histórico”, para começar, não o agrada. E não se trata de um mero impasse semântico: o fato é que Arraes só entrou para o então MDB em 1979, depois do exílio, e se sente fora, cronologicamente, do grupo.

Caso decida comparecer à reunião, o governador levará um discurso frentista para Brasília, pois não admite “radicalização” da ala mais à esquerda do PMDB, temendo pelo choque com a centro-direita e um “racha irremediável”.



“Centrão” evitou fechar questão sobre legislação trabalhista

Polêmica, só no trabalhismo

A permanecer a disposição do Centrão, grupo notoriamente majoritário dentro da Constituinte, de não mexer nos temas políticos “quentes” como o parlamentarismo e os quatro anos de mandato para o presidente José Sarney, para não dividir os seus membros, os temas sociais, principalmente aqueles relativos aos direitos do trabalhador, deverão ser os mais polêmicos para decisão, dentro do plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Prioridade
Os temas mais polêmicos coincidem com os objetivos do Centrão referentes às emendas substitutivas que o grupo pretende apresentar para votação prioritária no plenário. Preocupação com o social e com os avanços na área econômica, como a reforma agrária, por exemplo, são pontos que o Centrão pretende modificar e que são, ao mesmo tempo, polêmicos.

Estabilidade no emprego para o trabalhador, pagamento em dobro de horas extras trabalhadas, licença-gestante de 120 dias, imprescritibilidade das causas trabalhistas, imediata imissão de posse na desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária, definição do que é empresa nacional, nacionalização da distribuição dos combustíveis, entre outros, são temas polêmicos que o Centrão rejeita e, por ser maioria comprovada vai tentar alterar.

São os seguintes os principais temas polêmicos e que interessam ao Centrão:

Estabilidade: — O projeto da Sistematização prevê garantia de emprego protegida contra a demissão imotivada. O Centrão quer acabar com isso e propor a proteção do trabalhador mediante indenização compensatória e progressiva, além do FGTS, contra dispensa imotivada a ser determinada por lei ordinária.

Causas trabalhistas: — O Centrão não concorda com o projeto no que ele abre a possibilidade de o trabalhador, a qualquer tempo, poder processar empresa pela qual trabalhou procurando indenização por todo tempo trabalhado. O Centrão pretende eliminar a imprescritibilidade das causas trabalhistas.

Horas extras: — O projeto de Constituição duplicou o valor do pagamento do trabalho extraordinário do empregado. O Centrão quer limitar esse pagamento a no máximo 50% do valor da hora de trabalho do empregado.

Jornada de trabalho: — Uma pequena sutileza do Centrão: o grupo concorda com as 44 horas semanais de trabalho “em média”, para proteger, por exemplo, trabalhadores em plataformas submarinas que trabalham num regime de quinze dias contra quinze dias de folga.

Distribuição de combustíveis: — Há um sentimento generalizado dentro da Constituinte de que houve um “excesso de nacionalismo” quando da votação da nacionalização da distribuição dos combustíveis, além do voto errado do empresário e senador Albano Franco (PMDB-SE).

Arquivo - 03/12/87